

11 JULY 1998

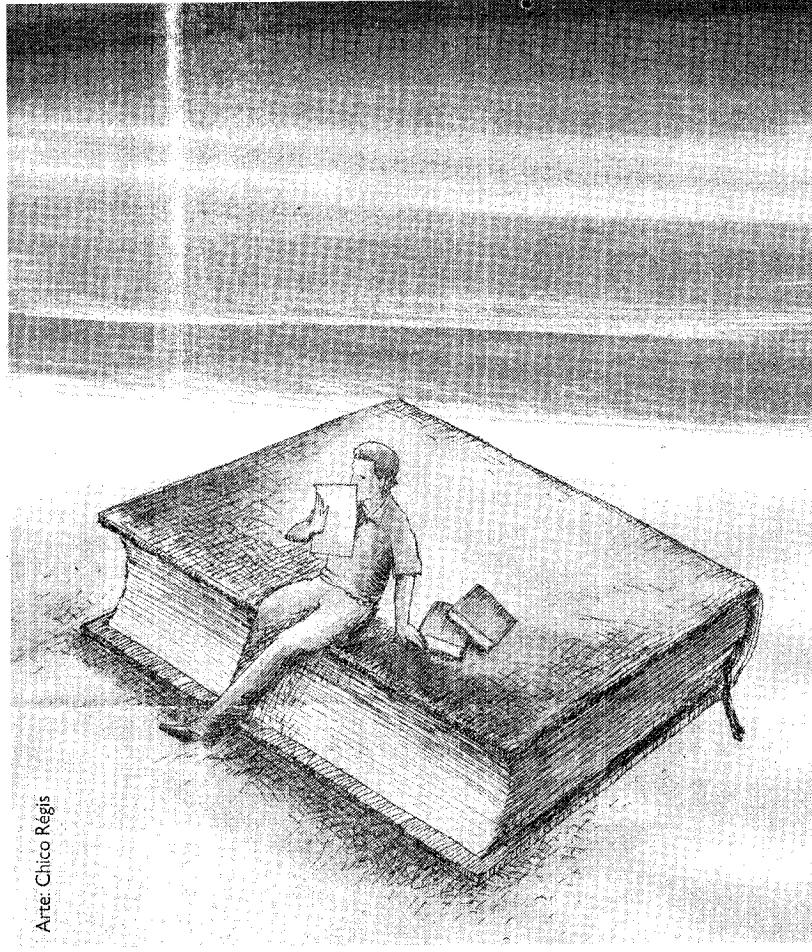
# MANIFESTO CONSTRUTIVO

Josaphat Marinho

Ao aproximar-se o fim da greve dos professores das universidades federais, foi publicado um manifesto refletido e construtivo. Assinado por professores da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que se constituíram em "Grupo de Defesa da Universidade Pública", é claro e firme, sem ênfase exagerada, e não tem feição exclusivista. Em nota que o acompanha, é indicada a forma de ser declarada solidariedade aos "princípios enunciados". Num período de exaltação, o documento é sóbria e largamente fundamentado. Embora grandemente aceitável, dele se pode divergir em função do conteúdo, não por estilo inadequado. Trata-se de apreciável fonte para reflexão do governo e da comunidade universitária.

Primeiramente, sustenta a necessidade de "novo pacto para a defesa da universidade pública brasileira e da pesquisa nela realizada". Principia, portanto, pela idéia básica que domina e preocupa o pensamento universitário. O resguardo da instituição universitária pública exprime atitude generalizada no meio acadêmico. Equivale ao espírito de autonomia do ensino e da pesquisa, em face do poder econômico, e de garantia do ensino superior a todas as classes sociais. Se a universidade e as empresas devem desenvolver cooperação crescente, em favor do aperfeiçoamento científico e tecnológico, a independência da ação escolar é essencial à formação da cultura livre.

Em reforço da tese patrocinada, o manifesto salienta que "a contribuição das universidades públicas para desenvolver tecnologia de ponta é atestada pelo seu papel na criação de nossa indústria aeronáutica, em nossa liderança internacional na exploração de petróleo em águas profundas e no desenvol-



Arte: Chico Régis

vimento precoce da tecnologia para fabricação de fibras ópticas, entre inúmeros outros exemplos". Demais, ainda há pouco foi amplamente noticiado que as universidades públicas têm inquestionável preponderância na prática da pesquisa no país. Conseqüentemente, o que se há de admitir é o fortalecimento do mecanismo existente, e não mudança que o enfraqueça, na defesa dos interesses da sociedade, considerada em sua configuração democrática. Vale dizer: o empenho há de ser pela sobrevivência da instituição pública, destinada, precipuamente, a servir ao homem, segundo as regras da igualdade e do mérito.

inteligência aplicada ao ensino e à pesquisa é que serão a medida do aproveitamento acadêmico. "A hierarquia do mérito, liderança e excelência acadêmica também deve prevalecer na escolha de dirigentes, em todos os níveis, inclusive o departamental, em vista das elevadas funções e responsabilidades da universidade pública." Assim, compreensão ampla, de caráter institucional, acima de críticas pessoais, recomenda a necessidade de escolhas no plano administrativo que assegurem coordenação com as atividades de ensino e pesquisa.

Coerentes com essas idéias básicas, o documento refere-se, em linhas gerais, a diversos outros aspectos da reforma preconizada. Ressalta a indispensabilidade e preeminência dos recursos públicos e as atividades de extensão, abrangentes, entre outras, de "consultorias, contratos de pesquisas e de serviços, hospitais universitários". Realça a dedicação exclusiva, "privilegio a ser conquistado caso a caso, com base na avaliação de mérito". Atenta na "diversidade regional em nosso país", recomendando diferenciação do ensino, como processo de redução das desigualdades existentes. E cogita de outras questões, não esquecendo a conveniência de alteração dos "sistemas de ingresso nas universidades", pois os atuais, ao lado de outros defeitos, impõem "uma escolha precoce e estanque de carreiras". Conclusivamente aconselha "reforma já", fundada nos princípios expostos. Enfim: o manifesto é uma proposta objetiva e serena, num clima de quietação. Por isso mesmo, equívale a uma contribuição digna de exame, para solução da crise universitária brasileira.

■ Josaphat Marinho é senador pelo PFL da Bahia.